

De Abrigo a Plataforma: O Instituto Bola Pra Frente no Complexo do Muquição, Rio de Janeiro

From Shelter to Platform: The Instituto Bola Pra Frente in the Muquição Complex, Rio de Janeiro

Renata Siqueira

Programa de Engenharia de Produção (PEP) - Coppe/UFRJ
siqueira.renataa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8383-6038>

Felipe Loureiro

Programa de Engenharia de Produção (PEP) - Coppe/UFRJ
loureiro.fgsf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4515-0304>

Roberto Bartholo

Programa de Engenharia de Produção (PEP) - Coppe/UFRJ
bartholo.roberto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2258-2198>

Domício Proença Júnior

Programa de Engenharia de Produção (PEP) - Coppe/UFRJ
domicio.proenca.jr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1051-7866>

Artigo recebido a 23 de fevereiro de 2021 e aprovado a 12 de abril de 2022

Resumo

O artigo discute a atuação do Instituto Bola Pra Frente no Complexo do Muquição, Rio de Janeiro, a partir de uma análise do histórico da região e de uma reflexão baseada em três referências teóricas: os conceitos de *espaço* e *lugar*, desenvolvidos por Yi-Fu Tuan; o conceito de infraestrutura relacional, conforme descrito por Abdoumalik Simone; e a abordagem da *effectuation* proposta por Saras Sarasvathy. Os cruzamentos entre estas três lentes interpretativas buscam compreender alguns fenômenos identificados nas etapas iniciais da pesquisa: a tensão dialética entre lugar/espço e periferia/cidade; as formas fluidas de ação e organização em um contexto de estilo de vida emergencial; os diversos exemplos de criatividade/inventividade para além do(s) plano(s) e das leis dos mercados. O artigo conclui com uma análise da atuação do Instituto no contexto da pandemia da Covid-19, que coincide com uma fase de maior protagonismo dos jovens da região.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, informalidade, infraestrutura relacional, empreendedorismo situado, *effectuation*.

Abstract

The paper discusses the role of the Instituto Bola Pra Frente in the Muquição Complex, Rio de Janeiro, building from a historical analysis of the region and three theoretical references: the concepts of space and place, as developed by Yi-Fu Tuan; the concept of relational infrastructures, as described by Abdoumalik Simone; and the *effectuation* approach to entrepreneurship, as proposed by Saras Sarasvathy. The crossing of these three theoretical references aim to understand some of the phenomena identified in the first stages of research: the dialectical tension between place/space, pause/movement and periphery/city; the fluid forms of action and organization that turn improvisation into a way of life; the numerous examples of creativity/industriousness that go beyond plans and market laws. The paper concludes with an analysis of the Institute's activities during the global Covid-19 pandemic, which coincides with the emergence of a stronger protagonism of the local youth.

Keywords: Rio de Janeiro, informality, relational infrastructure, situated entrepreneurship, *effectuation*.

1. Introdução

Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.
Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.

(Kaváfis, 2006)

O Instituto Bola Pra Frente é uma organização da sociedade civil fundada em 29 de junho de 2000 pelo tetracampeão de futebol Jorge de Amorim Campos - mais conhecido como Jorginho -, que construiu uma carreira de sucesso no futebol atuando em grandes equipes no Brasil, na Alemanha e no Japão. Esta carreira começou no “campo do rala coco”, um campo de várzea em Deodoro, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. No ano 2000, já ao final de sua carreira como jogador profissional, Jorginho compra o terreno que abrigava o campo e cria o Instituto Bola Pra Frente, que começa a desenvolver uma série de projetos pedagógicos e esportivos com as crianças e adolescentes da região. Com o passar dos anos, a atuação do Instituto é ampliada e diversificada e, atualmente, a crise causada pela pandemia global da Covid-19 e o próprio desenvolvimento da organização evidenciam a necessidade de estender o foco dos projetos para outras dimensões, dentre elas o empreendedorismo situado e o desenvolvimento de práticas voltadas para os jovens das comunidades do chamado “Complexo do Muquição”.

Neste artigo, a atuação do Instituto Bola Pra Frente será analisada a partir de três lentes interpretativas: os conceitos de *espaço* e *lugar*, desenvolvidos por Yi-Fu Tuan em “Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência” (2013); o conceito de infraestrutura relacional, apresentado e debatido por Abdoumalik Simone em diversos textos (2004, 2015a, 2015b); e a abordagem da *effectuation* proposta por Saras Sarasvathy em “Effectuation: Elements of Entrepreneurial Expertise” (2008). Os cruzamentos entre estas três lentes interpretativas buscam compreender alguns fenômenos identificados nas etapas iniciais da pesquisa: a tensão dialética entre lugar/espaço, pausa/movimento e periferia/cidade; as formas fluidas de ação e organização em um contexto de estilo de vida emergencial, que fazem

da improvisação um modo de vida; os diversos exemplos de criatividade/inventividade para além do(s) plano(s) e das leis dos mercados, muitas vezes operando de forma “a-legal”. Esta análise partirá de um breve histórico da região e do próprio Instituto Bola Pra Frente - o primeiro, baseado em pesquisa bibliográfica, e o segundo a partir do contato direto de uma das autoras com a instituição.

2. Contexto: Sapopemba - Muquição - “Presidente Vargas”

Os *pilotis* são elementos característicos da arquitetura moderna, especialmente da arquitetura moderna brasileira dos anos 30 a 50 do século XX. No Complexo Residencial Presidente Vargas, em Deodoro, os *pilotis* foram gradualmente ocupados por construções que expandem as áreas privativas dos apartamentos, reduzindo assim a extensão das áreas comuns e indo de encontro ao projeto concebido originalmente. Este tipo de apropriação do espaço, usualmente classificada como “informal”, expressa de forma concreta o que significa viver em um contexto no qual as contingências do dia a dia são resolvidas de acordo com regras específicas - um contexto que os planos e projetos oficiais buscam, muitas vezes sem sucesso, “domar”¹.

Neste caso específico, a ocupação das fronteiras entre o privado e o público podem ter raízes históricas fortemente consolidadas. Atualmente - em 2021 -, as oito localidades que formam o complexo do Muquição - Muquição, Ferroviária, Parque São José, Conjunto Presidente Vargas, Vila Eugênia, Maranata, Guadalupe e Triângulo - reúnem cerca de 20.000 pessoas que vivem em diferentes graus de formalidade, de edifícios “legais” a ocupações informais - passando pela situação intermediária do Conjunto Presidente Vargas, um conjunto “legal” que sofreu alterações profundas como a ocupação dos *pilotis* (Figura 2). A fragmentação da forma urbana da região é resultado de uma série de processos que se iniciaram com a ocupação da região pelos colonizadores portugueses, ainda no século XVI.

¹ Ver a distinção sublinhada por Lefebvre entre o planejamento supostamente racional de urbanistas/tecnocratas e o *habitar*, “uma cotidianidade então concebida como a autêntica e genuína prática de criação do espaço e da vida social” (Gutiérrez cit. in Lefebvre, 2013, p. 45). Original: “una cotidianidad ahora concebida como la auténtica y genuína práctica de creación del espacio y de la vida social”. Tradução dos autores.



Figura 1

Mapa ilustrando a localização do bairro de Deodoro no município do Rio de Janeiro.

Fonte: Autores, a partir de mapa do aplicativo “Bairros Cariocas”, desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos (IPP)². Disponível em <https://www.data.rio/apps/bairros-cariocas/explore>

Desde então, a região (Figura 1) sempre foi compreendida, tanto pelas autoridades como pelos próprios moradores, como uma zona de fronteira, de transição entre diferentes padrões de ocupação do espaço e diferentes modos de vida.

Os primeiros registros acerca da região se referem à aldeia *Sapopéma*, mapeada pelo viajante francês Jean de Léry entre 1556 e 1558, em uma incursão exploratória na qual identificou 35 aldeias que margeavam a Baía de Guanabara³. *Sapopéma* era uma aldeia afastada do litoral e marcava um ponto de imersão no território. Na descrição de Léry havia cinco aldeias que se destacavam em tamanho, duas situadas na margem oriental da Baía de Guanabara

² “O Instituto Pereira Passos (IPP) é o instituto de pesquisa do Governo da Cidade do Rio de Janeiro” (...) “responsável pela produção e documentação de informações relevantes sobre o município, disponibilizadas ao público em geral na forma de aplicativos digitais, estudos, tabelas e mapas armazenados no portal do Armazém de Dados (<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>)”. Fonte: Página institucional do IPP, disponível em <https://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/who-we-are>

³ Léry veio ao Brasil integrando uma expedição promovida durante a ocupação francesa de partes do litoral do Rio de Janeiro, comandada a partir do estabelecimento colonial francês conhecido como França Antártica (1555-1560) e consolidado na ilha de Serjipe (hoje Ilha de Villeganon), na Baía de Guanabara.



Figura 2

Ocupação dos pilotis do conjunto Presidente Vargas em outubro de 2021. Fonte: Autores.



Figura 3
Mapa ilustrando “O Sertão Carioca”, com indicação da possível localização do Engenho Sapopemba.
Fonte: Côrrea, 1936 (com edição dos autores).

(*Arasatyva* e *Ysypotiva*), uma na margem ocidental (Sapopéma), uma ao fundo da baía (*Okarantin*) e a última sem localização precisa, chamada *Nurukuy* (Abreu, 2010).

As aldeias eram assentamentos indígenas permanentes, concebidos pelos portugueses como áreas de transição entre as *sesmarias* - áreas “formais”, demarcadas e distribuídas pela Coroa - e os *sertões* - as áreas “selvagens”, ainda não colonizadas (Figura 3). A aldeia era o território de fronteira no qual os indígenas eram colonizados através da imposição do sedentarismo - conforme a cidade cresce, os sertões diminuem.

A partir do século XVIII, surgem menções à Fazenda ou Engenho Sapopemba - a região já fazia parte do território da colônia, agora como parte da freguesia rural do Irajá. As freguesias rurais abrigam engenhos e fazendas de significativa importância econômica, mas que permanecem virtualmente isoladas da cidade. A partir do século XIX, a implementação das linhas férreas permite não apenas o escoamento da produção dos engenhos e fazendas para o porto, mas também uma inédita integração da população local com outras áreas da cidade - a Estação Sapopemba ganha ligações com Santa Cruz,

na Zona Oeste, e com a Mangueira, na região central (Figura 4).

Em 1908, a Fazenda Sapopemba é comprada pelo Exército Brasileiro como parte da implantação de uma área concebida para abrigar a Vila Militar - projeto que visava a reorganização e expansão das forças armadas, concentrando diversas unidades até então espalhadas pela cidade. O nome da estação foi então alterado para “Deodoro”, homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil. Nas décadas seguintes, o processo de urbanização iniciado com a implantação da malha ferroviária é acelerado.

Durante o governo Vargas (1930-1945)⁴, a questão habitacional é assumida pelo Estado como uma questão de cunho social, impulsionando a até então incipiente política habitacional do país. Vargas instituiu as leis trabalhistas, criou os Institutos de Previdência e Pensões e as bases para a criação, em 1946 - já no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) -, do primeiro órgão federal dedicado à habitação no país, a Fundação da Casa Popular - FCP. A FCP se destinava, exclusivamente, à provisão de

⁴ Para um resumo do período varguista, ver Fausto (1994, pp. 329-389).



Figura 4

Estações de Deodoro, Santa Cruz, Mangueira e Central do Brasil.

Fonte: Autores, a partir de mapa do aplicativo “Bairros Cariocas”, desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Disponível em <https://www.data.rio/apps/bairros-cariocas/explore>.

moradias para a população de baixa renda, representando “o reconhecimento de que o Estado brasileiro tinha obrigação de enfrentar, através de uma intervenção direta, o grave problema da falta de moradias” (Bonduki, 1994, p. 720). Em 18 anos de existência, a Fundação da Casa Popular construiu 143 conjuntos residenciais, com um total de 18.132 unidades. Entre estes conjuntos, foi construído o Conjunto Deodoro-Presidente Vargas, projetado pelo arquiteto Flávio Marinho Rego com 26 blocos e 1.314 unidades. Apesar do projeto ter sido desenvolvido com o nome Conjunto Deodoro, após sua construção passou a ser conhecido na região como Conjunto Presidente Vargas, ou simplesmente como “o Presidente Vargas”.

O projeto, inserido na linguagem da arquitetura moderna brasileira - com partido semelhante ao adotado por Affonso Eduardo Reidy no Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), em São Cristóvão, e no Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, na Gávea -, era voltado à população de baixa renda da região, que se locomovia para trabalhar nas zonas central e sul - a inauguração da

Avenida Brasil, em 1946, possibilita novas formas de transporte e integração com a cidade. No Presidente Vargas morariam numerosas famílias cujos filhos estudariam na escola construída no conjunto, frequentariam o posto de saúde dentro do conjunto, e fariam compras no mercado e no açougue também localizados no interior do complexo. Desta forma, os moradores poderiam ter acesso a lazer, educação, saúde, e comércio dentro do próprio conjunto - só precisariam sair da área para trabalhar.

No entanto, o projeto nunca foi integralmente implantado: a escola não foi feita com todos os espaços previstos no projeto inicial; o posto de saúde não foi construído dentro do conjunto; alguns blocos residenciais foram cedidos ao Exército; a delegacia e o centro administrativo desapareceram, devido à ausência gradativa do Estado, que foi desativando seus equipamentos públicos na região ao longo das últimas décadas e ao crescimento das autoconstruções; o mercado foi subdividido em pequenas lojas independentes que hoje se destinam ao conserto de carros. O espaço junto à curva do Bloco 19 - o maior bloco residencial, com forma sinuosa -, destinado,



Figura 5

Implantação da sede do Instituto Bola Pra Frente em relação ao Conjunto Presidente Vargas.

Fonte: Google Earth (com edição dos autores).

no projeto, a um espaço de prática esportiva, permaneceu vazio⁵. A área foi ocupada pelos moradores, que a transformaram em um campo de futebol improvisado - o “campo do rala coco”, que se tornou a principal área pública de encontro e lazer na localidade. O *rala coco* abrigou não só os “peladeiros”⁶ da região - como Jorginho -, mas também diversos outros tipos de eventos e reuniões da comunidade local. Já a partir do ano 2000, a ocupação do terreno do antigo rala coco pelo Instituto Bola pra Frente será o vetor local de significativas transformações (Figura 5).

A imagem acima nos permite compreender um pouco da dinâmica atual de ocupação do território, observando em específico a região do conjunto Presidente Vargas. A Figura 5 ilustra a localização do Instituto Bola pra Frente, ao longo da curva do Bloco 19 - composto por pilotis no nível térreo e em uma faixa central - conhecida como “varandão” - que divide o volume em três pavimentos inferiores e três pavimentos superiores. Os pilotis do térreo foram ocupados pelos moradores ao longo do tempo, sendo utilizados como extensão das residências e também

como garagens. Na Figura 2, é possível ver a ocupação dos pilotis do térreo no trecho em frente aos muros do Instituto.

A Figura 6 ilustra o atual estado de conservação dos pilotis do Bloco 19, o que se reflete no aspecto geral de todos os blocos - são muitos os problemas com infiltrações externas e internas, distribuição de água e conservação geral das paredes e elementos estruturais. A título de comparação, o conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - mais conhecido como “Pedregulho” -, localizado no bairro de São Cristóvão, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 1986, sendo objeto de uma recente obra de restauro promovida pelo governo estadual do Rio de Janeiro, com investimento de R\$ 46 milhões (Costa, 2015). Recentemente, o governo anunciou um programa para recuperação de conjuntos habitacionais e construção de novas unidades em várias regiões do estado, mas o volume do investimento é similar ao montante gasto apenas no restauro do Pedregulho: serão investidos R\$ 50 milhões, sendo que apenas cerca de R\$ 10 milhões serão destinados à Empresa de Obras Públicas (Emop) para a revitalização de oito condomínios das décadas de 60, 70 e 80. (O Dia, 2021). Logo, enquanto a relevância do conjunto do Pedregulho no contexto da arquitetura moderna não

⁵ O projeto para o Conjunto Deodoro foi publicado na Revista Municipal de Engenharia, Volume XX, Número 2, Abril-Junho de 1953 (Rego, 1953).

⁶ Os peladeiros promovem as “peladas”, partidas de futebol “despidas” de regras formais.

apenas brasileira mas mundial - especialmente sua influência sobre outros projetos de habitação social implementados em diversos países - é amplamente reconhecida e divulgada através de artigos, reportagens e documentos e iniciativas oficiais do poder público (Nascimento, 2017), exemplares similares, porém construídos em áreas mais periféricas - como o conjunto Presidente Vargas - não possuem o mesmo reconhecimento e encontram-se amplamente degradados.

3. O Caso “Bola Pra Frente”

3.1. Fase 01: “Abrigo”

Jorge (Jorginho) de Amorim Campos chegou a Guadalupe, localidade do Complexo do Muquição, com 8 anos de idade⁷. Sua família se instalou no Bloco 19 do Presidente Vargas, em um apartamento voltado para o campo do rala-coco. Jorginho começa logo a frequentar o campo, onde construiu uma relação próxima com Antônio Carlos da Silva Adão, o Catanha. Além de ser o capitão de um dos times de “pelada” da região, Catanha cuidava do campo e buscava orientar as crianças e jovens que jogavam futebol no local. Com a morte do pai de Jorginho quando este tinha 10 anos, Catanha se torna uma figura de inspiração - alguém que o guiava para um caminho diferente do tomado por alguns amigos, que se envolveram com bebida e drogas. Com 11 anos, Jorginho sonha que construiu a Disneylândia no campo do rala-coco.

As balizas do campo do rala-coco eram de madeira, mas uma doação permitiu a troca por traves metálicas. Sem recursos para transporte das traves doadas, Catanha e outros jovens da região as carregaram por cerca de 10 km ao longo da Av. Brasil. Neste trajeto, Catanha é atropelado e morre. Jorginho tinha 13 anos, e pouco depois começaria a treinar nas categorias de base do America F.C., iniciando uma carreira de sucesso no futebol nacional e internacional - chegando a conquistar a Copa do Mundo de 1994 pela seleção brasileira. Em 2000, já



Figura 6
Pilotis do “varandão” do Bloco 19 em outubro de 2021.
Fonte: Autores.

consolidado como ídolo nacional e caminhando para o final da carreira como jogador, Jorginho compra o terreno do campo do rala-coco e funda o Instituto Bola Pra Frente.

O Instituto é inaugurado com uma estrutura simples: um campo de futebol de dimensões próximas às oficiais, uma quadra, um pequeno prédio com três salas e uma cantina. A ideia inicial era disponibilizar o campo para as crianças da região, oferecendo uma boa infraestrutura e o apoio de professores - alguns voluntários e sem formação específica. O campo também seria alugado em horários determinados, gerando renda para sua manutenção. A primeira missão do Bola Pra Frente era resumida pelo lema “tirar a criança da rua e tirar a rua da criança” - uma intenção que logo se mostrou insuficiente. Quando alugado, o espaço se transformava em uma área de lazer para adultos e para o esporte de rendimento, enfraquecendo a identificação do local como um espaço destinado primeiramente às crianças e evidenciando a necessidade de estender a atuação do Instituto para além da oferta de uma área de lazer bem estruturada. Limitando o acesso aos adultos e iniciando o desenvolvimento de um programa de acompanhamento pedagógico, o Instituto cresce como

⁷ As informações acerca da vida pessoal de Jorginho e do estabelecimento e funcionamento do Instituto Bola Pra Frente foram coletadas tanto a partir de contatos diretos como de entrevistas feitas por terceiros - como a disponível em <http://www.museudapelada.com/jorginho>. Os contatos diretos seguiram a metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 2009).

espaço de aprendizagem e desenvolvimento, tornando-se um “abrigo protetor” para as crianças da localidade.

Em 2002, surge o primeiro patrocínio, com a empresa de telecomunicações ATL (Algar Telecom Leste). A empresa estimula a profissionalização da gestão e equipe do Instituto, levando à criação de um corpo docente e o desenho de um percurso pedagógico para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, denominado “Esporte em Ação Social”. Estas transformações ocorreram em um contexto de fortalecimento de iniciativas da sociedade civil no Brasil, e configuraram a atuação do Instituto em seu primeiro decênio (2000-2009), marcado pela formalização da instituição, pela profissionalização de seus contratados - que inicialmente eram voluntários e sem formação -, pela criação de um percurso pedagógico que atendesse às diferentes faixas etárias de seu público e pela compreensão de que a estrutura espacial do Instituto, até então dedicada quase que exclusivamente ao futebol, precisava ser reconfigurada de forma a permitir a criação de espaços voltados para a educação e conteúdos complementares ao esporte.

Em seu segundo decênio, (2010-2019), o Instituto atua no contexto criado pela realização de eventos esportivos de grande porte no país - Copa do Mundo de 2014 - e na cidade do Rio de Janeiro - Jogos Panamericanos de 2007 e Jogos Olímpicos de 2016 -, um período reconhecido pelas organizações sociais atuantes na cidade como “década do esporte”. Surgem nesse contexto novas oportunidades para obtenção de recursos e possibilidades para que o Instituto se organizasse como uma instituição de referência, conciliando a oferta de atividades esportivas e educacionais. Já em 2010, o Bola Pra Frente inscreve um projeto de construção de uma nova sede na Lei de Incentivo ao Esporte - mecanismo legal de captação de recursos no qual 1% do imposto de renda de empresas privadas podem ser destinados a projetos sociais. Este projeto é denominado “Centro de Capacitação Toque de Mestre”, e prevê a construção de um edifício de 3 pavimentos com refeitório, biblioteca, salas de aula, salas de atendimento médico e odontológico, cozinha industrial e área administrativa, além da criação de um centro de formação em esporte educacional de alcance nacional, visando à capacitação de professores de todo o Brasil. A aprovação do projeto demorou

oito anos, com o início das obras em março de 2018 e previsão de término para dezembro de 2021.

Após os Jogos Olímpicos de 2016, o Instituto, que até então realizava projetos em outras comunidades com diferentes parceiros, resolve voltar o seu foco para a atuação local no Complexo do Muquição - pensando ainda no público dos 6 aos 17 anos, mas visando promover, para seus egressos, uma ampliação de horizontes e de possibilidades de atuação na comunidade. Novas propostas foram inseridas para o atendimento de um público maior de idade, mas que ainda se sentia profundamente ligado ao lugar no qual haviam passado a infância e a adolescência. Porém, embora as visitas de egressos fossem constantes - preservando e fortalecendo o senso de comunidade fomentado pela instituição -, a proposta pedagógica que visava a inserção destes jovens em outros círculos sociais se mostrava falha, ou ao menos insuficiente. Mesmo entre os jovens que haviam concluído o ensino médio, muitos não tinham perspectivas de inserção no ensino superior - ou em algum tipo de educação continuada - ou no mercado de trabalho, uma situação comum em várias regiões urbanas brasileiras e identificada popularmente como “jovens nem-nem” - nem estudam, nem trabalham⁸.

Uma das iniciativas desenvolvidas para oferecer mais alternativas a este público foi o chamado “Rolé Cultural”, no qual jovens da região são levados em visitas guiadas para conhecer outras áreas da cidade, como alternativa ao enclausuramento que marcou a trajetória histórica da comunidade. A prática do rolé tem uma forte dimensão simbólica: a abertura para o “mundo” junto com a afirmação identitária de uma comunidade que se enraíza num “sítio simbólico de pertencimento” (Zaoual, 2008). Assim, uma iniciativa que começou com o oferecimento de uma infraestrutura de lazer para a localidade começa a adquirir uma escala imprevista, e a ideia de “tirar a criança da rua e a rua da criança” dá lugar a uma intenção de articulação com a rua para que os jovens possam ser os vetores de novos e imprevistos “movimentos” e transformações.

⁸ De acordo com a Pnad Contínua 2018, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 11 milhões de jovens brasileiros não estudam e não trabalham. O termo “nem nem” é uma variação da sigla Neet (Not in Education, Employment, or Training), cunhada nos anos 1990 no Reino Unido (Marli, 2019). No caso brasileiro, porém, há de se relevar que muitos destes jovens na verdade trabalham, mas informalmente - em serviços domésticos ou no comércio informal.

3.2. Lentes interpretativas da análise

Os conceitos utilizados na reflexão acerca da atuação do Instituto Bola Pra Frente e sua relação com o entorno foram desenvolvidos por autores frequentemente citados em *handbooks*: Abdoumalik Simone no urbanismo (Myers, 2017), Yi-Fu Tuan na geografia (Prieto, 2017) e Saras Sarasvathy no empreendedorismo (Gertsen et al., 2018). A análise parte do cruzamento da reflexão de Simone sobre as dinâmicas urbanas informais em áreas periféricas (Simone, 2017, 2018); a dualidade espaço/lugar e os conceitos de espaço mítico, abstrato e pragmático, desenvolvidos por Tuan (Tuan, 2013); e a análise de atividades empreendedoras a partir da lógica da *effectuation*, consolidada por Sarasvathy (Read, Sarasvathy, & Wiltbank, 2016; Sarasvathy, 2008).

Segundo Tuan, “Os espaços do homem refletem a qualidade dos seus sentidos e sua mentalidade. A mente frequentemente extrapola além da evidência sensorial” (Tuan, 2013, p. 26). Para ilustrar esta extrapolação, Tuan cita uma afirmação do psicólogo William James acerca da noção que podemos desenvolver, por exemplo, sobre a vastidão do oceano: “A vastidão de um oceano não é percebida diretamente. ‘Pensamos no oceano como um todo’, diz William James, ‘multiplicando mentalmente a impressão que temos a qualquer instante em que estamos em alto mar’” (Tuan, 2013, p. 26). Partindo do princípio de que a experiência que temos do espaço resulta de uma síntese entre os dados sensoriais que apreendemos do ambiente e os conceitos espaciais que aprendemos através da cultura, Tuan (2013) identifica três tipos de espaço - pragmático, mítico e abstrato ou teórico:

O espaço mítico é um esquema conceitual, mas também é espaço pragmático no sentido de que dentro do esquema é ordenado um grande número de atividades práticas, como o plantio e a colheita. Uma diferença entre o espaço mítico e o pragmático é que o último é definido por um conjunto mais limitado de atividades econômicas. O reconhecimento de um espaço pragmático, como cinturões de solo pobre e rico, é sem dúvida um feito intelectual. Quando uma pessoa habilidosa procura descrever cartograficamente o padrão do solo, usando símbolos, ocorre um progresso conceitual. No mundo ocidental, os sistemas geométricos, isto

é, espaços altamente abstratos, foram criados a partir de experiências espaciais primordiais. (p. 27)

O espaço mítico possui duas dimensões: um espaço imaginado, para além das fronteiras do conhecido - “uma área imprecisa de conhecimento envolvendo o empiricamente conhecido” (Tuan, 2013, p. 110) e que emoldura o espaço pragmático; e um espaço que é “o componente espacial de uma visão de mundo, a conceituação de valores locais por meio da qual as pessoas realizam suas atividades práticas” (Tuan, 2013, p. 110).

No início do processo de colonização da região do Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa impôs uma lógica de percepção e subdivisão do espaço completamente diversa da visão predominante entre os moradores nativos. Para os índios Tupinambá que habitavam a região litoral, o espaço habitado incluía “elementos espaciais que ajudam na execução de atividades no interior ou nas proximidades dos assentamentos” (Almeida & Garcia, 2008, p. 99) - não havia uma fronteira conceitual clara entre o assentamento como espaço artificial, concebido e construído por mãos humanas, e o espaço natural.

Os nativos da região eram nômades ou seminômades. Com o estabelecimento, pela administração colonial, de aldeias permanentes, há a imposição de uma transformação radical nas noções de espaço dos povos colonizados - “o estado-nação impõe que se estabeleça essas bases fixas também para as sociedades indígenas, e é nessas condições históricas que se visualiza a territorialização” (Assis & Garlet, 2004). O espaço mítico que emoldurava as atividades pragmáticas cotidianas - a caça, a pesca, a coleta de alimentos - de grupos nômades ou seminômades, e as incluía em um espaço habitado que compreendia tanto os assentamentos temporários como porções do espaço natural, é substituído por um espaço mítico com um centro claro, concreto: a aldeia, unidade do Império Português que, investido com a autoridade papal, territorializa as terras “selvagens” do Brasil. A radical transformação na concepção de espaço mítico dos povos indígenas implica a separação entre ambiente construído e ambiente natural, criando a distinção entre interior e exterior característica da cultura Ocidental - para os romanos, a cidade já era vista como um “cosmos” ordenado envolto por uma espacialidade caótica (Norberg-Schulz, 2001).

Esta imposição de um senso de ordem sobre um espaço indefinido se reproduz, na modernidade, através de planos ou projetos como o Conjunto Residencial Deodoro. Sua lógica implanta uma estrutura espacial baseada na dinâmica “morar na periferia, trabalhar no centro”, que cria um movimento pendular repetitivo e cotidiano (Tuan, 2013, pp. 220-221). Embora este seja um modelo mais geral, particularidades culturais podem criar pausas que estendem a noção de lugar para alguns sítios ao longo do caminho. Isto remete ao habitat estendido dos tupinambás como uma referência que dissolve a hierarquia espacial do planejamento imposto. Assim, a apropriação da área residual do Presidente Vargas pelos moradores não é apenas indicativa de um projeto inacabado: os novos usos inventados nestes novos lugares extrapolam a divisão funcional prevista no projeto.

Da mesma forma, alguns dos usos propostos ao campo do Bola Pra Frente no início de sua atuação mostraram-se incompatíveis. As intenções pedagógicas da instituição entraram em contradição com a manutenção do campo como um espaço aberto aos adultos. Para ser um “abrigo”, o espaço deveria ser um lugar, um cosmos separado do “caos” da rua. O projeto pedagógico buscava inserir ordem na rotina das crianças, replicando, em escala institucional, a estrutura desejada por Jorginho e experienciada na liderança e exemplaridade ética de Catanha. O espaço do Instituto passa a ser, portanto, um núcleo de formalização - espacial e relacional - em meio a um entorno visto como informal, imprevisível e até mesmo hostil. Fica clara portanto a dimensão mítica deste lugar, cuja presença provocará uma série de transformações nas redes relacionais existentes na região.

Desde sua fundação em 2000, o Instituto apoia sua existência em redes relacionais. Um exemplo é a relação com um campo vizinho, o “Campo do 18”, através da qual o Instituto busca manter uma relação com a “rede de peladeiros” da região. As sutilezas deste tipo de costura relacional evidenciam as limitações de um pensamento sobre a cidade que se atenha à visão do planejamento - “Ao consagrar o plano como uma norma, (...) urbanistas ignoram o alcance de práticas cotidianas de criação de lugares e as atividades econômicas de diferentes escalas que

alimentam a presença de diferentes grupos e comunidades na cidade”⁹ (Rao, 2012).

Para AbdouMaliq Simone, a infraestrutura urbana deve ser compreendida não a partir da forma urbana ou dos sistemas de transporte, saneamento ou energia, mas sim a partir das redes de colaboração social e econômica que sustentam as comunidades - especialmente no caso de cidadãos urbanos marginalizados (Enright & Rossi, 2018). A vida urbana é marcada por rupturas constantes na organização do presente, e “a sequência da causalidade é suspensa na urgência de um momento onde a temeridade pode ser tão importante quanto a cautela” (Simone, 2004, p. 4). O estado de emergência é permanente; é na verdade, o estado “normal”. Porém, esta tensão também permite que “uma comunidade experiencie sua vida, suas experiências e suas realidades em seus próprios termos” (Simone, 2004, p. 5).

Este estilo de vida emergencial demanda uma constante invenção e reinvenção de práticas e relações auto-organizantes, já que os habitantes precisam atender a carências e necessidades que são muitas vezes invisíveis ou mesmo indesejáveis para as instituições que teoricamente deveriam atendê-las. Assim, surgem práticas informais e a-legais, modos de vida desconectados de qualquer institucionalidade “oficial”.

Nas áreas urbanas, os pobres não são um estrato sedentário da experiência urbana, movendo-se ao longo de transformações heterogêneas e tornando-se um corpo de experimentação crítica que está constantemente calibrando as circulações e a apropriação de lugares. Eles são, algumas vezes, “curingas” da própria urbanização, (...) veículos tanto para a conjunção quanto para a disrupção de setores, territórios e políticas claramente delineadas.¹⁰ (Simone, 2015b)

⁹ Original: “By enshrining the plan as normative, (...) urbanists miss out the range of everyday practices of placemaking, and the different scales of economic activity that substantiate the presence of different groups and communities in the city”. Tradução dos autores.

¹⁰ Original: “Rather than being sedentary strata of urban existence, the urban poor move in and out of heterogeneous transformations, becoming a body of critical experimentation in ongoing calibrations of circulation and emplacement. They are sometimes the “wild cards” of urbanization itself, less excluded from rights and livelihood or a reserve surplus of wasted lives than vehicles for both conjoining and disrupting clearly delineated sectors, territories, and policies”. Tradução dos autores.

O constante redesenho das relações e interações sociais - *shifting forms of collaboration*, segundo Simone - implica também o redesenho do tecido urbano local, mesmo que sem alterações “concretas”. Espaços urbanos e construções podem ser ressignificados, muitas vezes de forma ambígua - “os lugares que os jovens habitam e os movimentos que empreendem tornam-se instâncias de uma geografia desconexa” (Simone, 2004, p. 7).

Estudando a cidade africana contemporânea, Simone evidencia que as relações colaborativas comunitárias são muitas vezes sequestradas pelos discursos oficiais e pela retórica da promoção da governança participativa e do empreendedorismo local. Ainda assim, elas prevalecem, sob o manto da informalidade, como uma reação de compensação da insustentabilidade da urbanização normativa oficial. A crítica de Simone indica como tais processos podem “atuar como uma plataforma para a criação de um tipo de configuração urbana sustentável muito diferente daquele que nos é em geral conhecido” (Simone, 2004, p. 9). Em meio à instabilidade do estilo de vida emergencial, as alternativas à programação oficial podem ir além de uma incapacidade de adequação a planos e normas, revelando uma resistência à imposição de configurações relacionais que não pareçam benéficas ou relevantes para a comunidade.

Não se trata, de forma alguma, de celebrar a resiliência ou o brilho tático dos pobres das áreas urbanas - a forma inteligente com que eles conseguem construir sua existência em meio a condições de escassez e exploração crônicas. Não há aqui nenhum romance. Em vez disso, considero aqui o complexo entrelaçamento entre os pobres e um meio material e social no qual não é fácil identificar rapidamente relações inequívocas de poder, vantagem ou privação.¹¹ (Simone 2015b)

O estilo de vida emergencial depende de um tipo de relação no e com o espaço que aponta para além do espaço pragmático, constantemente

configurando e reconfigurando localidades como sítios de pertencimento comunitário.

Segundo Simone, em muitas cidades africanas contemporâneas, “quem pode fazer o quê, com quem e dentro de quais circunstâncias se torna um domínio tão carregado de tensões, e mesmo violência, que demarcações claras são adiadas e feitas opacas” (Simone, 2004, p. 4). Estes recursos pessoais, situados, em constante transformação, são também a base para a abordagem da *effectuation* proposta por Sarasvathy e ilustrada por seu “Dynamic model of effectuation” (Sarasvathy, 2008, p. 101).

Assim como Simone propõe uma visão do urbanismo focada nas dinâmicas relacionais e não no planejamento urbano, Sarasvathy parte de uma visão do empreendedorismo que vai além do desenvolvimento e viabilização de planos de negócios -

em contraste com atividades empreendedoras baseadas na causalidade, geralmente baseadas na maximização dos retornos esperados, atividades empreendedoras baseadas na efetuação (*effectuation*) baseiam-se no critério de perda aceitável (*affordable loss*). Nestes casos, o empreendedor pré-determina o quanto é aceitável perder e foca no que pode ser feito com os meios disponíveis.¹² (Vahidnia et al 2018)

Este tipo de atividade empreendedora é recorrente em áreas periféricas e/ou marginalizadas, nas quais o estilo de vida emergencial pode inviabilizar a concepção de planos de ação a médio ou longo prazo. Nestes contextos, a lógica da *effectuation* - baseada em “evitar previsões, repensar de forma imaginativa as possibilidades e modificar continuamente os objetivos”¹³ - surge como uma alternativa à lógica convencional da causalidade (*causation*) - ancorada em “previsões precisas, planejamento cuidadoso e foco inabalável nos objetivos”¹⁴ (Dew, Read, Sarasvathy, & Wiltbank, 2009, p. 290). A atividade empreendedora “efetual” não busca a realização de objetivos pré-determinados

¹¹ Original: “This is in no way to celebrate the resilience or tactical brilliance of the urban poor - the clever way they manage to eke out an existence in conditions of chronic scarcity and exploitation. There is no romance here. Rather, I consider the intricate interweaving of the poor into the material and social milieu where it is not easy to quickly decide unequivocal relations of power, advantage, or deprivation”. Tradução dos autores.

¹² Original: “in contrast to causation-based entrepreneurial actions, which are based generally on maximizing expected returns, effectuation-based entrepreneurial actions are taken based on the criterion of affordable loss. In such cases the entrepreneur predetermines how much loss is affordable and focuses on what can be done by available means”. Tradução dos autores.

¹³ Original: “eschewing predictions, imaginative rethinking of possibilities and continual transformations of targets”. Tradução dos autores.

¹⁴ Original: “accurate predictions, careful planning and unwavering focus on targets”. Tradução dos autores.



Figura 7

Rolê Cultural pelo circuito Pequena África, no centro do Rio de Janeiro. Jovens visitando o Instituto dos Pretos Novos¹⁵

- em muitos casos, o objetivo pode ser a transformação do contexto, mesmo que sem uma visão clara do resultado de tal transformação. “A chave do processo não está na seleção diante de alternativas (sejam estes fins ou meios alternativos), mas na transformação de realidades existentes em novas alternativas”¹⁶ (Saravathy, 2008, p. 109).

O processo de criação e estabelecimento do Instituto Bola Pra Frente pode ser compreendido como um empreendimento efetual. O Instituto começa a atuar com os meios disponíveis: os recursos e relações pessoais de Jorginho, que ativa suas redes

relacionais locais e externas para a construção de algo cujo desenho ainda não está claro. A cada etapa, os resultados são ponderados e os objetivos revisados. Com o tempo, mudam as redes de relações e os recursos disponíveis - o empreendimento não é um projeto ou plano a ser realizado, mas algo a ser concebido e construído continuamente. Para Saravathy, esta forma dinâmica de empreender não é um processo aleatório causado por falta de planejamento, mas sim um processo de design - “Ao invés de um fenômeno natural resultante de forças indiferentes, é usualmente o resultado (mesmo que inesperado) de um processo sério de design, motivado e negociado por aspirações particulares forjadas em redes de empreendedores e stakeholders que evoluem com o tempo”¹⁷ (Saravathy, 2004).

Concluindo, podemos dizer que, nos dois primeiros decênios do Instituto (2000-2019), é possível identificar como a apropriação de uma área residual

¹⁵ O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) foi criado em 13 de maio de 2005, com a missão de pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, cuja conservação e proteção seja de interesse público, com ênfase ao sítio histórico e arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, sobretudo com a finalidade de valorizar a memória e identidade cultural brasileira em Diáspora. As ações continuadas de investigações arqueológicas e pesquisas, manutenção do acervo e atividades educativas realizadas pelo IPN, geram conhecimento que promovem a reflexão sobre a escravidão e suas seqüelas para os princípios de igualdade racial no Brasil”. Disponível em <https://pretosnovos.com.br/ipn/>

¹⁶ Original: “The key to the process is not selection among alternatives (be they alternative ends or means), but the transformation of existing realities into new alternatives”. Tradução dos autores.

¹⁷ Original: “Instead of a natural phenomenon resulting from blind forces, it is often an outcome (however unexpected and novel) of serious design, motivated and negotiated by particular aspirations forged in entrepreneur-stakeholder networks that evolve over time”. Tradução dos autores.

promoveu a criação de um lugar naquilo que era até então apenas “espaço” (Tuan) - o terreno baldio transformado em “ágora”. A posterior formalização promovida pelo Bola Pra Frente constrói outro tipo de lugar no mesmo sítio, reconfigurando o campo do rala coco como um local voltado para as crianças da localidade - num primeiro momento como área de lazer, mas logo reconcebido como espaço pedagógico. Tanto a dinâmica interna deste novo lugar como sua relação com o entorno foram frequentemente reconfiguradas devido a transformações no entorno e nas redes relacionais que sustentavam o funcionamento do Instituto (Simone). Paralelamente, a estrutura organizacional do Instituto - e, de forma mais ampla, seus objetivos e metas - também foi revista de acordo com as novas possibilidades criadas tanto pelo lugar quanto pela expansão das redes relacionais ali ancoradas (Sarasvathy).

No terceiro decênio, que se inicia em 2020, as dinâmicas identificadas na análise anterior tornam-se mais evidentes no contexto da pandemia da Covid-19. O lugar é mais uma vez reconfigurado, passando a desempenhar funções de cunho cívico para além das intenções construídas na primeira fase, evidenciando a possibilidade - ou mesmo a necessidade - de expansão de seu escopo de atuação. Um exemplo é a campanha “Em campo contra a Covid-19”, desenvolvida com objetivo de promover a segurança alimentar da população do Muquição durante a pandemia através do fornecimento de cestas básicas e de crédito para compras no mercado da região. Como será exposto ao final do artigo, as prospecções para o futuro partem da ideia de evidenciar e oferecer - principalmente para os jovens e adultos da região - as ferramentas relacionais e organizacionais que viabilizaram e viabilizam a atuação do próprio Instituto.

3.3. Fase 02: “Plataforma”

Enquanto a primeira fase da atuação do Instituto Bola Pra Frente (2000-2019) consistiu na construção gradativa de um abrigo protetivo para as crianças da comunidade, concentrando diferentes infraestruturas - física/espacial, pedagógica e relacional -, a atuação futura parece mais voltada para possibilitar um alargamento de horizontes para os jovens egressos do programa pedagógico já estabelecido. Este alargamento pode ser tanto formativo - voltado para a expansão do imaginário

de cada indivíduo - quanto estratégico - oferecendo mais numerosas e mais diversas oportunidades de ação. Em seus primeiros vinte anos, o Instituto se consolidou como porto de abrigo; agora, pode se tornar uma plataforma, “lançando” os jovens do Muquição para além dos limites não só do próprio instituto, mas da comunidade como um todo.

A atuação com os jovens egressos do programa pedagógico começou a ser pensada no final de 2018, um ano marcado por episódios de violência na comunidade, alguns envolvendo jovens e ex-participantes do Instituto. Inicialmente, os jovens retornaram para participar de grupos focais nos quais se buscou compreender sua percepção em relação a estes episódios, além de discutir seus planos para o futuro. As relações criadas entre os participantes fizeram com que os encontros se tornassem semanais, e o fortalecimento destas relações levou à formação, em 2019, do “Coletivo de Juventudes do Muquição”. Desde então, o grupo vem realizando diversas atividades: ações de empreendedorismo situado alinhadas com o “Programa Pense Grande”¹⁸; atividades de *escrivência*¹⁹ estimuladas pela participação na Feira Literária das Periferias - FLUP²⁰, e o Rolé Cultural, atividade focada em um processo de conhecimento da cidade e do direito à cidade.

No coletivo, a base de atuação se dá pelo entendimento da potência ao invés da ausência - a potência de um grupo de jovens com uma formação similar, enraizada no mesmo lugar, e que pode vir a descobrir a possibilidade de moldar esta formação a partir da descoberta de novos lugares. O símbolo nesta nova potencialidade é o “rolé”: um “passeio” direcionado, estruturado, mas não completamente

¹⁸ <https://www.instagram.com/p/CCMU6AwnA48/>. No instagram do programa há um vídeo que compila todas as iniciativas de apoio ao pensamento empreendedor de jovens em 2019, onde o coletivo de jovens do Muquição foi um expoente.

¹⁹ “Na obra *Becos da Memória* (2017), Conceição Evaristo reflete que, em uma *escrivência*, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Isso se dá em um processo em que a autora se coloca no espaço aberto entre a invenção e o fato, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que aponta para uma coletividade. Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo (...) refletindo sobre o conceito, considera que “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si” (Soares, Machado 2017).

²⁰ <https://www.flup.net.br/>



Figura 8

Rolé Cultural pelo circuito Pequena África, no centro do Rio de Janeiro. Jovens visitando o Cais do Valongo e o Jardim Suspenso do Valongo²¹.

planejado, com foco em espaços até então “estranhos” para os jovens - sejam estes espaços de fato desconhecidos ou apenas considerados inacessíveis, seja pela distância, dificuldade de acesso através do transporte público ou impossibilidade de pagar por este acesso. São promovidas visitas a museus, universidades, sítios históricos, feiras literárias e pontos turísticos da cidade, sempre com um planejamento visando encorajar a exploração do local e a relação com a equipe que recebia o grupo. O foco do rolé é a abertura para a experiência de algo desconhecido, que serve de “ensaio” - sair levando a morada, “degustar” o novo, retornar transformado. O rolé é um acontecimento coletivo, mas a experiência

é singular, individual - se for sozinho, não é rolé. O grupo não experimenta, só o indivíduo; mas a transformação do indivíduo e o eventual relato da experiência estendem o rolé para além de seus participantes diretos.

No rolé, os jovens passam por experiências que não podem ser vividas em sua comunidade: o passeio de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), dispositivo que não existe na Zona Oeste; a visita a um museu ou espaço cultural - algo raro na região; utilizar espaços públicos na região central da cidade, uma área até então praticamente inacessível. Estas novas experiências expandem as possibilidades imaginativas e reforçam laços de pertencimento com a cidade, para além do território da comunidade. Embora o termo rolé seja característico da juventude urbana brasileira, o cerne da experiência é universal. Para muitos dos jovens que participaram dos rolés realizados em 2019, foi possível vislumbrar outros mundos para além dos muros que cercam o antigo campo do rala coco - e para além das fronteiras mais sutis que os separam do restante da cidade.

Essa experiência de visita e observação em grupo fortaleceu o coletivo, mesmo com a mobilidade impedida em tempos de pandemia - e esta expansão

²¹ “Principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, o Cais do Valongo, localizado no Rio de Janeiro (RJ), passou a integrar Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1º de março de 2017. O Brasil recebeu perto de quatro milhões de escravos, durante os mais de três séculos de duração do regime escravagista. Pelo Cais do Valongo, na região portuária da cidade, passou cerca de um milhão de africanos escravizados em cerca de 40 anos, o que o tornou o maior porto receptor de escravos do mundo (...) O Cais do Valongo passou a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, que estabelece marcos da cultura afro-brasileira na região portuária, ao lado do Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Pedra do Sal, Centro Cultural José Bonifácio e Cemitério dos Pretos Novos”. Fonte: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>

no sentimento de comunidade implica uma transformação espacial. Segundo Pedro Abreu, uma das funções essenciais da arquitetura é ser “morada”, e isto não se refere apenas a uma função literalmente residencial ou de abrigo: “A morada realiza duas funções existenciais primordiais: por um lado ela acolhe o Eu, por outro lança-o para o mundo; ela actua sucessivamente como porto de abrigo e trampolim” (Abreu, 2007, p. 182). Através do rolé, o caráter arquitetônico do Instituto é potencializado pela expansão do espaço relacional que as suas edificações abrigam, levando-as para muito além de seus limites físicos. Assim, os limites daquilo que o jovem identifica como “seu” lugar se expandem e se dissolvem, criando uma noção de lugar mais ampla e talvez mais próxima da noção original dos tupinambás, na qual não havia uma distinção clara entre o interior e o exterior da comunidade, entre o formal e o informal.

4. Conclusão

O artigo se baseou em três lentes interpretativas - as noções de espaço e lugar propostas por Tuan, o conceito de infraestrutura relacional apresentado por Simone e a abordagem da effectuation desenvolvida por Saras Sarasvathy - para interpretar a trajetória do Instituto Bola Pra Frente, uma organização da sociedade civil situada na periferia da cidade do Rio de Janeiro, tendo por foco sua atuação junto aos jovens. Ganha destaque no artigo a atividade do rolé, compreendida como uma experiência transformadora que amplia o sentido de comunidade.

Há alguns anos, a imprensa brasileira deu destaque a uma prática então chamada de “rolézinho”, promovida principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que consistia na reunião - agendada através das redes sociais - de grandes grupos de jovens e adolescentes em locais privados ou semipúblicos, principalmente em shopping centers²². Este tipo de reunião, que pode parecer corriqueira e banal, chegou aos jornais principalmente por dois motivos: o fato dos jovens andarem pelos espaços em grandes grupos, alterando os fluxos “normais” de circulação dos

espaços; e, principalmente, pelo fato de que muitos destes jovens eram de áreas periféricas, não se enquadrando portanto no perfil do público que estes espaços buscam atrair. A reação a estes rolézinhos evidencia, por um lado, o risco que há em se tomar por público um espaço privado que se apresenta como “aberto” mas no qual o controle se torna evidente no momento em que algo inesperado ocorre - e a abertura para o inesperado é exatamente um dos principais atrativos tanto destes rolézinhos como do Rolé Cultural promovido pelo Instituto Bola pra Frente. Além disso, torna-se também evidente o fato de que, embora estes jovens pudessem ser aceitos nestes espaços em pequenos grupos, o simples fato deles se reunirem em grupos maiores e se deslocarem em “bloco” já foi suficiente para causar comoção e provocar reações das “autoridades” que controlam estes espaços.

O Natal de 2013 ficará marcado como aquele em que o Brasil tratou garotos pobres, a maioria deles negros, como bandidos, por terem ousado se divertir nos shoppings onde a classe média faz as compras de fim de ano. Pelas redes sociais, centenas, às vezes milhares de jovens, combinavam o que chamam de “rolezinho”²³, em shoppings próximos de suas comunidades, para “zoar, dar uns beijos, rolar umas paqueras” ou “tumultuar, pegar geral, se divertir, sem roubos”. No sábado, 14, dezenas entraram no Shopping Internacional de Guarulhos, cantando refrões de funk da ostentação. Não roubaram, não destruíram, não portavam drogas, mas, mesmo assim, 23 deles foram levados até a delegacia, sem que nada justificasse a detenção (...) Os shoppings foram construídos para mantê-los do lado de fora e, de repente, eles ousaram superar a margem e entrar. E reivindicando algo transgressor para jovens negros e pobres, no imaginário nacional: divertir-se fora dos limites do gueto. (Brum, 2013)

Estar fora daquele que é considerado, talvez por ele mesmo, como o “seu” lugar é um desafio para o jovem periférico - principalmente no contexto brasileiro, permeado por um cenário de preconceito e racismo. É mais seguro para ele se fechar no seu

²² Ver Brum (2013) e “Dos shoppings para as telas: fenômeno dos ‘rolezinhos’ é tema de documentário”, Revista Forum, 13 de agosto de 2021. Disponível em <https://revistaforum.com.br/noticias/rolezinho-racismo-sopping-documentario/>

²³ Na cidade de São Paulo a entonação fonética é rolêzinho.

lugar, onde ele é conhecido e re-conhecido, mas esta limitação do horizonte espacial pode corresponder também a uma limitação do horizonte imaginativo, impedindo que o jovem vislumbre a possibilidade de conhecer e construir outras formas de viver e de se relacionar. O rolé cultural problematiza o direito à cidade e desperta nos jovens um processo de reflexão - quem sou eu, qual é o meu lugar, quais espaços posso visitar, conhecer, ocupar, transformar também em “lugar”. O aspecto mais interessante do rolé é a possibilidade de criar novas e mais ricas formas de relação com os outros e com o mundo. Neste sentido, faz-se relevante analisar o papel do Instituto Bola Pra Frente no território do Muquição, surgindo inicialmente como abrigo para a população de crianças e adolescentes mas transformando-se, com o tempo, em plataforma para “lançamento” dos adultos que viveram neste lugar durante a infância e a adolescência.

Este caráter adaptativo do Instituto Bola Pra Frente está diretamente relacionado à sua configuração espacial, desde sua origem como “formalização” de um espaço residual criado pelo abandono do poder público. Em meio às iniciativas informais de ocupação da região, verificamos que a estrutura formal do instituto - tanto do ponto de vista espacial quanto institucional - representa um importante ponto de referência, um símbolo de permanência e constância em meio a um ambiente em constante transformação.

Não podemos ignorar o fato de que esta formalização só foi possível através da criação de um espaço privado, que pode ser aberto à comunidade mas que possui suas próprias regras para acesso e permanência, tanto quanto qualquer shopping center. O que o difere, porém, de um espaço privado convencional é sua ação presença e ação concreta no território, uma região de alta vulnerabilidade onde o Estado se faz presente de maneira incipiente - ou quase que exclusivamente através de incursões policiais. Neste contexto, esta formalização espacial e institucional pode representar um papel importante no fortalecimento e redesenho das redes de relacionamento existentes na região, fundamentais para a sobrevivência da comunidade e para o desenvolvimento do território em todas as suas potencialidades.

Bibliografia

- Abreu, P. M. de (2007). *Palácios da Memória II: A Revelação da Arquitetura. Volume I - Secção Teórica: O Processo de Leitura do Monumento* (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Abreu, M. de A. (2010). *Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.
- Almeida, M. R. C. de (2015). Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. *Fronteiras & Debates*, 2(1).
- Almeida, F. O. de, & Garcia, L. G. (2008). Aspectos do Espaço Tupinambá no Leste Amazônico. *Revista de Arqueologia*, 21(2), 97-119.
- Assis, V. de, & Garlet, I. J. (2004). Análise sobre As Populações Guarani Contemporâneas: Demografia, Espacialidade e Questões Fundiárias. *Revista de Indias*, LXIV(230), 35-54.
- Bonduki, N. G. (1994). Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. xxix (127) 3, 711-732.
- Brum, E. (2013, 23 de dezembro). Os novos “vândalos” do Brasil. *El País*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html
- Buber, M. (1958). *I and Thou*. Nova York: Charles Scribner's Sons.
- Corrêa, A. M. (1936). *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional.
- Costa, C. (2015, 11 de setembro). Governador inaugura restauração do conjunto Pedregulho, ícone da arquitetura moderna. *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/governador-inaugura-restauracao-do-conjunto-pedregulho-icone-da-arquitetura-moderna-17462917>
- Cresswell, T. (2014). Place. In R. Lee et al. (Eds.), *The SAGE Handbook of Human Geography* (pp. 3-21). Londres: SAGE Publications.
- Enright, T., & Rossi, U. (2018). Ambivalence of The Urban Commons. In K. Ward, A. E. G. Jonas, B. Miller, & D. Wilson (Eds.), *The Routledge Handbook on Spaces of Urban Politics* (pp. 35-46). Londres: Routledge.
- Fausto, B. (1994). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Gertsen et al. (2018). Process Perspective on Entrepreneurship. In R. V. Turcan, & N. M. Fraser (Eds.), *The Palgrave Handbook of Multidisciplinary Perspectives on Entrepreneurship* (pp. 199-222). Cham: Springer Nature Switzerland AG.
- Kaváfis, K. (2006). *Poemas* (Trad. J. P. Paes). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Kostof, S. (1995). *A History of Architecture: Settings and Rituals*. Nova York: Oxford University Press.

- Lefebvre, H. (2013). *La Producción del Espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros.
- Marli, M. (2019). Fora da Escola e Longe do Mercado de Trabalho. *Revista retratos*, 18, 22-25.
- Myers, G. (2017). African Ideas of The Urban. In J. Hanningan, & G. Richards (Eds.), *The SAGE Handbook of New Urban Studies* (pp. 449-461). Londres: SAGE Publications.
- Nascimento, F. B. do (2017). A Restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho: Trajetória da Arquitetura Moderna e o Desafio Contemporâneo. *Revista CPC*, 22, 138-175. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p138-175>
- Norberg-Schuzl, C. (2001). *Arquitectura Occidental*. Barcelona: Gustavo Gili.
- O Dia. (2021, 29 de julho). Estado investe mais de R\$ 50 milhões em construções e reforma de unidades habitacionais. *O Dia*. Disponível em <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/07/6200471-estado-investe-mais-de-rs-50-milhoes-em-construcoes-e-reforma-de-unidades-habitacionais.html>
- Prieto, E. (2017). Phenomenology, Place and The Spatial Turn. In R. T. Tally Jr (Ed.), *The Routledge Handbook of Literature and Space* (pp. 60-69). Nova York: Routledge.
- Rao, V. (2012). Slum as Theory: Mega-Cities and Urban Models". In G. C. Crysler, S. Cairns, & H. Heynen (Eds.), *The SAGE Handbook of Architectural Theory* (pp. 671-686). Londres: SAGE Publications.
- Read, S., Sarasvathy, S., Dew, N., & Wiltbank, R. (2016). Response to Arend et al: Co-Creating Effectual Entrepreneurship Research. *Academy of Management Review*. Disponível em https://www.effectuation.org/sites/default/files/research_papers/amr_asb_dialog_readsarasvathydewwiltbank_2016.pdf
- Rego, F. M (1953). Conjunto Residencial em Deodoro - Fundação da casa popular. *Revista Municipal de Engenharia*, XX (2), 73-84. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=142832&pagfis=6571>
- Sarasvathy, S. D. (2004). Making It Happen: Beyond Theories of the Firm to Theories of Firm Design. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 28(6), 519-531. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2004.00062.x>
- Sarasvathy, S. D. (2008). *Effectuation: Elements of Entrepreneurial Expertise*. Edward Elgar, New Horizons in Entrepreneurship Series.
- Simone, AM. (2004). *For the City Yet to Come. Changing African Life in Four Cities*. Durham: Duke University Press.
- Simone, AM. (2015a). Relational infrastructures in postcolonial urban worlds. In S. Graham, & C. McFarlane (Eds.), *Infrastructural Lives: Urban infrastructure in context* (pp. 17-38) Abingdon, Oxfordshire: Routledge.
- Simone, AM. (2015b). The Urban Poor and Their Ambivalent Exceptionalities Some Notes from Jakarta. *Current Anthropology*, 56(S11), S15-S23. <https://doi.org/10.1086/682283>
- Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). "Escrivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39).
- Thiollent, M. (2009). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Saraiva.
- Tuan, Y-F. (2013). *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. Londrina: Edel.
- Vahidnia, H., Chen, H. S., Mitchell, J. R., & Mitchell, R. K. (2018). Entrepreneurial action research: Moving beyond fixed conceptualizations. In R. Blackburn, D. DeClercq, & J. Heinonen (Eds.), *The SAGE Handbook of Small Business and Entrepreneurship* (pp. 38-59). London: SAGE Publications.
- Zaoual, H. (2008). *Développement Durable Des Territoires: Economie Sociale, Environnement et Innovations*. Paris: L'Harmattan.